

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022, DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESTADO DO PIAUÍ - CAU/PI

1. Informações Gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Piauí - CAU/PI, criado pela Lei nº 12.378/2010 tem como principais atividades orientar e fiscalizar o exercício da profissão do arquiteto e urbanista.

Dotado de personalidade jurídica, encontra-se vinculado à Administração Indireta e funciona como Autarquia Federal Especial, tendo sua estrutura e organização estabelecidas em seu Regimento Interno. A Entidade goza de isenção tributária, com base na Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB de 1988 art. 150 Inciso VI.

O Conselho está localizado na Rua Areolino de Abreu, nº 2103, Centro, na cidade de Teresina - PI.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1. Base de preparação

As Demonstrações Contábeis estão fundamentadas na Lei nº 4.320/64 e em consonância com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público MCASP, aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 01/14 e Portaria STN nº 700 de 10/12/2014, 8ª edição; e com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, conforme NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, NBC TSP 07, NBC TSP 11 e NBC TSP 17.

2.2. Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível.
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da entidade.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em Reais)

políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (*Nota 3.4*), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de contribuintes (*Nota 3.2.1*) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (*Nota 3.8*). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, exceto no que tange às provisões para devedores duvidosos (subitem 3.2.1), ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Créditos de anuidades

Os créditos de anuidades relativas ao exercício do balanço são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CAU/BR. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores.

3.2.1 Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos

- a) **Implantação de política contábil em 2017** - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/PI procedeu ao registro contábil de Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos ao encerramento do exercício de 2017.
- b) **Base de mensuração** - Média ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios anteriores ao deste balanço, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em Reais)

exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2017 (ano de implantação).

- c) **Julgamento pela aplicação** - Tratando-se de implantação de política, decidiu-se aplicar critério proposto pelo CAU/BR por meio da Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017, plausível à realidade do CAU/PI, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.

3.2.2. Alteração da política de reconhecimento de Anuidades a Receber

O reconhecimento patrimonial dos valores a receber de Anuidade de PF e PJ era realizado, até o encerramento de 2021, em 80% do valor total estimado para estas receitas, considerando-se apenas a cota parte do CAU/PI (20% das receitas de arrecadação são de cota parte do CAU/BR), visto que as receitas de arrecadação eram contabilizadas apenas em 80%.

A partir de 2022, conforme procedimento acordado em Reunião dos Contadores dos CAU/UF e CAU/BR de 12.12.2022, adotou-se uma nova forma de contabilização das receitas, com o registro de 100% do valor arrecadado e posterior dedução de 20% da cota parte do CAU/BR. A alteração gerou um impacto patrimonial, com a atualização dos valores de anuidades a receber para 100% da previsão orçamentária.

3.3 Estoques

Os estoques são registrados ao custo de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques estão representados exclusivamente pelo almoxarifado de materiais de uso e consumo em expediente, subdivididos em material de escritório, de informática e produtos de limpeza e higiene.

3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “*impairment*”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

O CAU/PI segue integralmente a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais.

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em Reais)

	Anos	Valor residual
Móveis e utensílios	10	10%
Veículos	05	10%
Máquinas e equipamentos	10	10%
Equipamentos de processamento de dados	05	10%
Equipamentos de informática	05	10%
Instalações	10	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária.

3.5. Provisões para perdas por *impairment* em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em Reais)

3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 13.

- a) **Implantação de política contábil em 2017** - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/PI procedeu à verificação de riscos cíveis e trabalhistas, inexistindo, porém, valores a serem reconhecidos e registrados contabilmente como Provisões para Contingências Cíveis e Trabalhistas.
- b) **Base de mensuração** - O CAU/PI adota a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, em consonância com as instruções contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

As contingências que compõem o passivo circulante e/ou passivo não circulante, se aplicável, observa os critérios do estudo de possibilidade de perdas cuja elaboração é de responsabilidade da Assessoria Jurídica do Conselho.

As ações judiciais trabalhistas ou cíveis com estimativa de valor confiável e que apresentam uma situação de saída de recurso provável são tratadas como provisão no passivo circulante e/ou passivo não circulante. As ações que não possuem estimativa confiável ou que não demonstram probabilidade de saída de recursos são tratadas como passivos contingentes, integrando as notas explicativas às demonstrações contábeis.

3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em Reais)

relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.11. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.12. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de Risco Financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

- a) **Risco de Crédito:** O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em Reais)

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

- i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e
- ii) com relação ao contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

- b) **Risco de mercado:** O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.
- c) **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Banco conta movimento	-	-
Aplicações financeiras	164.940	367.542
	<u>164.940</u>	<u>367.542</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos de renda fixa emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em Reais)

6. Créditos de curto prazo

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Créditos de anuidades do exercício	530.883	271.925
Créditos de anuidades de exercícios anteriores	748.333	432.874
(-) Provisão para devedores duvidosos	- 758.508	- 338.775
	<u>520.707</u>	<u>366.024</u>

A Entidade registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada.

7. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros	273	309
Tributos a Recuperar / Compensar	1.015	950
Créditos a Receber por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos	2.276	12.969
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	349	-
	<u>3.913</u>	<u>14.228</u>

Os créditos acima se referem a contas transitórias com compensação nos meses subsequentes; são contas de adiantamento.

8. Estoques

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Material de Expediente	4.598	4.008
Material de Limpeza e Produtos de Higiene	1.341	1.663
Material de Informática	6.811	6.819
	<u>12.750</u>	<u>12.490</u>

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em Reais)

9. Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

	2022	2021
Prêmios de Seguros a Apropriar	238	387
	238	387

10. Créditos a Longo Prazo

	2022	2021
Anuidades em Dívida Ativa Tributária	93.682	43.975
Tributos Pagos a Apropriar	0	0
	93.682	43.975

11. Imobilizado

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			2022	2021
Moveis e utensílios	83.017	(56.566)	26.451	33.912
Máquinas e equipamentos	57.857	(24.603)	33.254	29.355
Veículos	74.500	(64.815)	9.685	13.175
Equip. de processamento de dados	155.126	(112.271)	42.855	58.491
Equipamentos de informática	28.593	(16.122)	12.470	11.749
Total	399.092	(274.377)	124.715	146.681

A seguir apresentamos a Movimentação do Ativo Imobilizado:

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em Reais)

	31.12.2020	Adições	Baixas	Ajustes	Depreciação	31.12.2021
Moveis e utensílios	33.912	-	-	-	(7.461)	26.451
Máquinas e equipamentos	29.355	8.765	-	-	(4.866)	33.254
Veículos	13.175	-	34.900	-	-(31.410)	9.685
Equipamentos de processamento de dados	58.491	-	-	-	(15.636)	42.855
Equipamentos de informática	11.749	3.729	-	-	(3.007)	12.470
Total	146.681	12.494	34.900	-	-(0.439)	124.715

No exercício de 2022 houve a baixa de R\$ 34.900,00 em Veículos, pela alienação do veículo Ford Fiesta, de propriedade do CAU/PI, em Processo Licitatório na modalidade Leilão - Processo Administrativo nº 280/2022.

12. Intangível

	2022	2021
Softwares	1.800	1.800
(-) Amortização Acumulada - Softwares	(1.431)	(1.431)
	369	369

Movimentação do Ativo Intangível:

	31.12.2021	Adições	Baixas	Ajustes	Amortização	31.12.2022
Software	369	-	-	-	(0.000)	369
Total	369	-	-	-	(0.000)	369

Não houve aquisição, baixa ou ajuste no ativo intangível do CAU/PI no exercício de 2022.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em Reais)

13. Fornecedores e contas a pagar a curto prazo

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Restos a Pagar Processados	4.738	34.935
Obrigação Diversa a Curto Prazo	571	528
	<u>5.309</u>	<u>35.463</u>

O valor constante em Restos a Pagar Processados é constituído de despesas liquidadas em 2022, porém com pagamento a se realizar apenas em 2023.

Os Favorecidos e Respectivos Valores de Restos a Pagar Processados apresenta-se em 31/12/2022 como segue:

<u>Favorecido</u>	<u>Saldo</u>
Telemar Norte Leste S/A	180
Telefônica Brasil SA	569
Emp. Brasileira de Correios e Telégrafos	1.019
Companhia Energética do Piauí	400
1ª Classe Viagens e Turismo Ltda Epp	1.884
Companhia Energética do Piauí	686
	<u>4.738</u>

14. Provisões a Curto Prazo / Apropriações Mensais da Folha

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Férias	80.863	74.744
INSS sobre Férias	17.386	16.070
FGTS sobre Férias	6.469	5.980
PIS / PASEP sobre Férias	809	747
	<u>105.526</u>	<u>97.541</u>

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em Reais)

Em 2019, por proposta apresentada pelo CAU/BR, o CAU/PI fez uma alteração em seu plano de contas e seus registros contábeis em relação à apropriação mensal da folha de pagamento de férias e de 13º salário. Houve a descaracterização destes lançamentos mensais de Provisões Trabalhistas, e entendimento como Pessoal a Pagar - Apropriação Mensal da Folha. Novas rubricas de contas contábeis foram adotadas, porém os procedimentos padrões de cálculos se mantêm os mesmos. Esta alteração e novas rubricas se mantêm no exercício de 2022.

15. Demais Obrigações a Curto Prazo

	2022	2021
INSS a Recolher	441	5.779
IRRF a Recolher	-	2.377
ISS a Recolher	598	303
IRRF / COFINS / CLSS / PIS a Recolher	-	-
	<u>1.039</u>	<u>8.459</u>

16. Provisão para riscos processuais

A Entidade é parte em determinados processos oriundos do curso normal do seu funcionamento. Não há, porém, em 31 de dezembro de 2022, constituição de provisões, visto que, de acordo com relatório jurídico de acompanhamento, inexistente processo com probabilidade de perda provável. De acordo com o mesmo relatório, há uma Ação Civil Pública contra o CAU/PI sobre fiscalizações contra engenheiros, com probabilidade de perda possível. O pedido de indenização por danos coletivos é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), acrescido de pedido de aplicação de multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por profissional impedido de atuar. Este processo vem sendo acompanhado, assim como os demais, que possuem probabilidade de perda remota.

Em 2021 sobreveio, ainda, sentença parcialmente contrária ao Conselho, no Processo nº 1001907-89.2019.4.01.4000, com condenação de pagamento de R\$ 5.000,00 a título de honorários sucumbenciais. Este processo está submetido a recurso e tramita perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, tendo o setor jurídico qualificado em seu relatório como probabilidade de perda possível.

A Entidade não possui nenhuma ação trabalhista em tramitação e, até 31 de dezembro de 2022, não sofreu nenhuma condenação judicial que importe em perdas financeiras.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em Reais)

17. Patrimônio Líquido

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Superávit ou Déficit do Exercício	(792)	185.835
Superávit ou Déficit Acumulado de Exercícios Anteriores	810.234	626.612
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	2.213
Patrimônio Líquido	<u>809.441</u>	<u>810.234</u>

18. Partes relacionadas

A Entidade em 31 de dezembro de 2022 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais; dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Não há qualquer remuneração ou contraprestação aos Conselheiros e Dirigentes do CAU/PI, tratando-se de cargos honoríficos, em conformidade com o artigo 40, da Lei nº 12.378/2010.

No exercício de 2022 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria e de rescisão de contrato de trabalho.

19. Despesas por natureza

<u>Classificação por natureza</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Despesa com Pessoal	1.014.024	856.794
Despesa Uso de Material de Consumo e Serviços	464.121	454.861
Depreciação, Amortização e Exaustão	30.971	41.935
Transferências Intergovernamentais	105.773	84.715
Redução a Valor Recuperável a Ajustes para Perdas	419.733	22.428
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	3.490	8.706
	<u>2.038.112</u>	<u>1.469.439</u>

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em Reais)

20. Receitas por natureza

<u>Classificação por natureza</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita de Contribuições	1.118.214	683.531
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	501.939	518.757
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	65.407	71.931
Transferências Recebidas	328.631	360.529
Valorização e Ganhos com Ativos	17.034	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	6.095	20.527
	<u><u>2.037.320</u></u>	<u><u>1.655.274</u></u>

21. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

<u>Resultado Patrimonial</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Varição Patrimonial Aumentativa (Receita)	2.037.320	1.655.274
(-) Varição Patrimonial Diminutiva (Despesa)	(2.038.112)	(1.469.439)
(=) Superávit / Déficit Patrimonial Apurado	<u><u>(792)</u></u>	<u><u>185.835</u></u>

<u>Resultado Orçamentário</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita Orçamentária Arrecadada	1.423.909	1.540.610
(-) Despesas Empenhadas	(1.516.194)	(1.475.940)
(=) Superávit / Déficit Orçamentário Apurado	<u><u>(92.285)</u></u>	<u><u>64.670</u></u>

<u>Resultado Financeiro</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo Disponível Apurado	164.940	367.542
(-) Passivo Financeiro	(111.874)	(214.309)
(=) Superávit / Déficit Financeiro Apurado	<u><u>53.067</u></u>	<u><u>153.233</u></u>

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em Reais)

22. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2022, é demonstrada a seguir:

<u>Item</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>Importância segurada</u>
Veículo Citroen Aircross	Básica - Colisão, Incêndio, Roubo e Furto	100% FIPE
	RCFV - Danos Materiais	100.000,00
	RCFV - Danos Corporais	100.000,00
	RCFV - Danos Morais e Estéticos	10.000,00
	APP - Morte	10.000,00
	APP - Invalidez	10.000,00
Veículo Etios Sedan	Básica - Colisão, Incêndio, Roubo e Furto	100% FIPE
	RCFV - Danos Materiais	100.000,00
	RCFV - Danos Corporais	100.000,00
	RCFV - Danos Morais e Estéticos	10.000,00
	APP - Morte	10.000,00
	APP - Invalidez	10.000,00

23. Relacionamento com os auditores independentes

A contratação dos auditores independentes deu-se pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR, órgão central de controle dos CAU/UF, não sendo contratados outros serviços a não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

24. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

Teresina/PI, 03 de Janeiro de 2023.


NADJA PEREIRA CORRÊA DE ARAÚJO
Contadora do CAU PI
CRC-PI 010762/O